

Procedimento de aferição da atividade económica das instituições para efeitos das regras de auxílios de Estado nos apoios à I&D e Ciência (SI IDT e SAICT)

O presente documento visa definir os procedimentos a adotar para recolha dos dados das Entidades Não Empresariais do Sistema de I&I (ENESII), em sede de encerramento das operações, por forma a aferir a existência de atividade económica que represente mais do que 20% da capacidade global anual da entidade, e no caso de representar, identificar os procedimentos de correção do incentivo atribuído.

O infra densificado, em particular com fundamento na *Comunicação da Comissão Europeia 2014/C 198/01 – Enquadramento dos Auxílios Estatais à Investigação, Desenvolvimento e Inovação*, não preclui a ocorrência de projetos específicos em que não estejam preenchidos os requisitos legais cumulativos taxados no artigo 107.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, *maxime*, e no caso de se estar perante o exercício de uma atividade económica, o apoio público seja, atentas as especificidades do beneficiário e/ou da operação, inapto para “*falsear a concorrência*” e as “*trocas comerciais entre Estados-membros*”, enquadramento em que o financiamento público não pode ser caracterizado como um auxílio de Estado.

I. Enquadramento Legal

- SI I&DT

O nº 4 do artigo 71º do RECI prevê, nas tipologias de projeto integradas no SI IDT, que as ENESII, por forma a poderem beneficiar da taxa de 75% (quando a média ponderada das taxas de incentivo aplicadas às empresas beneficiárias for inferior a 75%), devem assegurar que o incentivo concedido não se enquadra no regime de auxílios de Estado, nos termos previstos no Enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação (2014/C 198/01) relativamente ao financiamento público de atividades não económicas.

- SAICT

O nº 4 do artigo 106º do RECI prevê, nas tipologias de projeto integradas no SAICT, que as ENESII devem assegurar que o apoio atribuído não se enquadra no regime de auxílios de Estado, nos termos previstos no enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação (2014/C 198/01), relativamente ao financiamento público de atividades não económicas

O não enquadramento do incentivo nas regras de auxílios de estado e a consequente possibilidade de atribuição da taxa de 75% ou 85%, consoante se trate de projetos no âmbito do SI IDT ou do SAICT, é automaticamente cumprido quando as ENESII, através das suas demonstrações financeiras anuais, comprovem que permanecem com um carácter não económico, ou seja, que a capacidade anualmente imputada (tais como material, equipamento, mão-de-obra e capital fixo) a essas atividades económicas não excede 20% da capacidade global anual instalada da entidade.

Caso os beneficiários apresentem, em algum ano do período de execução do projeto, uma atividade económica superior a 20% da capacidade global anual da entidade, o financiamento público das atividades não económicas fora das regras de auxílios de Estado só é possível se for garantido que os dois tipos de atividades - económica e não económica, bem como os respetivos custos, financiamento e rendimentos são claramente separados, de modo a *garantir que o apoio às atividades não económicas não é canalizado para o financiamento de atividades económicas*.

As demonstrações financeiras anuais da entidade devem constituir elementos de prova da devida imputação de custos, financiamento e rendimentos.

De acordo com a *Comunicação da Comissão Europeia 2014/C 198/01 – Enquadramento dos Auxílios Estatais à Investigação, Desenvolvimento e Inovação*, considera-se que as atividades a seguir indicadas têm geralmente carácter não económico:

- Atividades primárias:
 - i) A educação com o objetivo de melhorar as qualificações dos recursos humanos;
 - ii) As atividades de I&D independentes com vista a mais conhecimento, incluindo I&D em colaboração efetiva, sendo que a prestação de serviços de I&D e as atividades de I&D efetuadas por conta de empresas não são consideradas uma I&D independente;

- iii) A ampla divulgação de resultados da investigação numa base não exclusiva e não discriminatória, por exemplo através do ensino, de bases de dados de acesso livre, publicações ou software públicos.
- Atividades de transferência de conhecimento quando efetuadas pela entidade ou em cooperação com aquela, ou por conta de outras entidades semelhantes, e quando todos os lucros provenientes dessas atividades foram reinvestidos nas atividades primárias da entidade.

II. Procedimentos de verificação

As ENESII devem comprovar, no limite até ao encerramento do projeto, o seguinte:

- A capacidade anualmente imputada, quer às atividades não económicas quer às atividades económicas;
- Que a eventual utilização económica da atividade financiada e respetivos custos elegíveis da operação, é meramente acessório e residual e está diretamente relacionado e intrinsecamente ligado à sua principal utilização não económica de investigação e/ou ensino e limitada em relação ao seu âmbito de aplicação;
- No caso da capacidade anual imputada às atividades económicas exceder 20% da capacidade global anual da entidade, apresentar uma clara separação de atividades, custos, financiamento e rendimentos, de forma a justificar que o financiamento das atividades não económicas não é transferido direta ou indiretamente para o financiamento de atividades económicas;
- Os projetos apoiados, face à intensidade de auxílio aprovado, incluem apenas como elegíveis atividades de caráter não económico.

Considerando que a comprovação documental destes requisitos não foi efetuada em sede de análise e seleção das operações, tendo as respetivas decisões ficado condicionadas à verificação do seu integral cumprimento até ao encerramento do projeto, importa que até esse momento as ENESII disponham de um modelo de separação de custos entre atividades económicas (AE) e não económicas (ANE), assente nos seguintes princípios:

- Implementação de um modelo fixo de desagregação entre AE e ANE, o qual, numa ótica conservadora, considere fundamentalmente, para efeitos de atividade primária: i) os

projetos de investigação e desenvolvimento realizados a título independente, nomeadamente projetos colaborativos de I&D financiados ao abrigo dos programas públicos de financiamento nacional e europeu; ii) os projetos de transferência e disseminação de conhecimento igualmente financiados por fundos públicos nacionais e internacionais;

- Adoção de um sistema analítico de custeio total simplificado para alocação dos custos às AE e ANE, permitindo identificar anualmente (durante cada um dos anos de realização do projeto) o custo direto total incorrido com os projetos/atividades e a identificação dos custos indiretos totais ao nível da entidade, os quais devem ser posteriormente alocáveis aos projetos/atividades/conta, de acordo com um critério de imputação baseado no peso relativo dos custos de cada atividade;
- Alocação do financiamento público direto atribuído aos projetos de I&DI e Transferência de Conhecimento, assim como do financiamento público indireto, nomeadamente através da alocação das eventuais subvenções ao investimento que estejam implícitas nas amortizações dos equipamentos utilizados nos projetos.

Contas	Descrição	Atividades não Económicas	Atividades Económicas	Total
62	Fornecimentos e Serviços Externos			
63	Gastos com o pessoal			
64	Gastos de depreciação e amortização			
65	Perdas por imparidades			
68	Outros gastos e perdas			
69	Gastos e Perdas de financiamento			
			
	Total de gastos			
72	Prestações de serviços			
78	Outros rendimentos e ganhos			
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares			
			
	Total de rendimentos			
	Resultado Líquido do período			

III. Conclusões

Neste contexto e com vista ao estrito e cabal cumprimento dos requisitos acima descritos, devem as ENESII beneficiárias apresentar uma **declaração subscrita pelo Revisor Oficial de**

Contas e/ou o Contabilista Certificado e/ou o Responsável Financeiro da instituição (consoante a sua natureza jurídica), na qual seja identificada para cada ENESII:

- a) A percentagem das atividades económicas face à capacidade global anual da entidade, para cada um dos anos de realização do projeto.
- b) Nas situações em que a percentagem da atividade económica é igual ou inferior a 20% deve ser confirmado que:
 - A atividade financiada, e os respetivos custos elegíveis da operação são utilizados quase exclusivamente para a prossecução de atividades não económicas.
 - A utilização económica da atividade financiada, e os respetivos custos elegíveis da operação, é meramente acessória e residual e está diretamente relacionada e intrinsecamente ligada à sua principal utilização não económica de investigação e/ou ensino e limitada em relação ao seu âmbito de aplicação.
 - A atividade económica acessória e manifestamente residual desenvolvida consome os mesmos *inputs* que as atividades não económicas e a capacidade atribuída, em cada ano, a essa atividade económica, não excede anualmente o limiar dos 20% durante a execução do projeto e não é cumulativamente exetável que o venha a exceder até ao 3º ano pós projeto (terceiro exercício contabilístico completo após a data de conclusão do projeto).
- c) Nas situações em que a atividade económica da entidade for superior a 20% em qualquer um dos anos de execução do projeto deve ser atestado:
 - A existência de uma clara separação de atividades e custos, financiamento e rendimento das atividades económicas e das atividades não económicas, e que o financiamento público da atividade não económica durante a execução da operação não foi afeto ou transferido, formal ou materialmente, direta ou indiretamente, para o financiamento de atividades económicas.

A referida declaração deverá anexar os dados financeiros com informação que comprove a matéria declarada.